



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Tomada de Posse do
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações
Internacionais (GPEARI)
Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças
Fernando Teixeira dos Santos

– 2 de Abril de 2007 –

Senhores Secretários de Estado,
Senhores Directores-Gerais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Estamos hoje aqui presentes para dar posse ao Senhor Prof. Doutor Nuno Sousa Pereira como Director-Geral do novo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e, desta forma solene, assinalar o início do seu mandato.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Endereço desde já as minhas primeiras palavras de reconhecimento ao novo Director-Geral, por ter aceite o convite que lhe enderecei para assumir a liderança de uma nova estrutura deste Ministério que, como sabemos, resultou da aplicação das orientações definidas no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). O processo de criação do GPEARI, por fusão das extintas Direcção-Geral de Estudos e Previsão e Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais deste Ministério, torna-se assim uma das faces mais visíveis da aplicação do PRACE no Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Quero também aqui manifestar uma palavra de forte confiança no Doutor Nuno Sousa Pereira e na sua capacidade de, com competência e independência técnicas, cumprir a missão que lhe é hoje cometida. Esta palavra de confiança estende-se, naturalmente, a toda a sua equipa de profissionais, cuja qualidade do trabalho foi já demonstrada ao serviço da Direcção-Geral de Estudos e Previsão (DGEP) e da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI) e que, nesta ocasião, gostaria igualmente de estender, em particular, aos dois Subdirectores-gerais do GPEARI, que hoje também iniciam funções, os Drs Helder Reis e José Moreno.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

O GPEARI constitui-se, assim, como o serviço operacional de suporte técnico à Governação na definição da política financeira do Estado e das políticas da Administração Pública. Assume aqui especial importância a criação no GPEARI da Unidade de Política Económica, pela qual passará o apoio à definição e concretização das políticas económicas da competência do Ministério das Finanças e da Administração Pública, em coordenação com os outros organismos governamentais, nacionais e internacionais envolvidos. Como é sabido, a política económica portuguesa enquadra-se fortemente na política económica da União Europeia, numa interacção biunívoca: por um lado, as nossas obrigações perante os nossos parceiros da UE condicionam, em parte, as opções internas de política económica, mas, por outro lado, Portugal participa activamente na definição das políticas económicas da UE. Neste âmbito, a presidência portuguesa da UE no 2º semestre, que rapidamente se aproxima, é uma excelente oportunidade para intensificar a nossa participação no design das políticas comunitárias. Esta oportunidade é, sem dúvida, um dos desafios imediatos que o GPEARI irá enfrentar, estou certo, com confiança e determinação.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Mais geralmente, o GPEARI desenvolverá a sua actividade em áreas como o apoio técnico à definição e estruturação das políticas, prioridades e objectivos do Ministério; o desenvolvimento de instrumentos de planeamento, de programação financeira e avaliação de políticas; a coordenação das relações bilaterais, europeias e multilaterais do Ministério; o apoio técnico à definição das principais opções em matéria fiscal e orçamental; e, por fim, não menos importante, o desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho de serviços do Ministério. O GPEARI deverá, com efeito, garantir a existência de um sistema de avaliação de desempenho dos serviços do Ministério. Rigoroso, com coerência interna e orientador para a gestão desse mesmo desempenho. A este propósito, esta nova unidade orgânica assumirá um papel decisivo na concretização de um dos principais eixos da reforma do Estado em curso, aquele precisamente que visa o aprofundamento e o aperfeiçoamento do sistema de avaliação assente na meritocracia e no premiar do que de bom se faz e assinalar o que de menos bom se vai verificando na prestação dos serviços públicos. O novo sistema de avaliação dos serviços, dirigentes e funcionários, que será em breve apresentado pelo Governo junto dos parceiros sociais e da Opinião Pública, pode incomodar alguns, mas esses, estou certo, serão precisamente aqueles que vivem hoje no acomodamento de quem sabe que nada muda ou quando muda é, esperam, para ficar tudo na mesma. Desta vez será diferente. Será diferente, como está aliás a acontecer em muitas outras áreas da governação, em particular na área da administração pública. É um rumo que manteremos com firmeza e persistência, para melhor servir os cidadãos, famílias e empresas



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

portuguesas. Ao serviço, também, da competitividade da nossa economia e de um futuro mais dignificante e estimulante para a nossa Administração e respectivos funcionários.

Gostaria, por isso, de dar destaque à importância que a implementação de processos de planeamento cada vez mais rigorosos deve assumir na gestão diária das actividades da Administração, criando um quadro estável e orientador para uma eficiente aplicação dos recursos do Estado. Nesta matéria, e no actual contexto de consolidação orçamental, o apoio do GPEARl à elaboração de planos estratégicos plurianuais conformes com os princípios estabelecidos politicamente pelo Governo, revelar-se-á, estou certo, de grande utilidade.

Por outro lado, espera-se que o acompanhamento permanente e qualitativo a realizar pelo GPEARl ao nível das relações financeiras internacionais do Ministério, possibilite a obtenção de sinergias com os nossos parceiros internacionais no contexto de processos de consensualização de soluções para os novos desafios regulatórios emergentes, bem como a afirmação de uma imagem externa positiva do Estado Português, sempre no respeito escrupuloso pelos interesses vitais do país e por destacar o que de muito bom Portugal tem sabido fazer e, passo a passo, conquistar com a perícia técnica e engenho que os nossos parceiros sempre nos reconhecem.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Noutro plano ainda, a generalização de práticas de gestão por objectivos e de avaliação do desempenho pelos resultados obtidos, resulta, assim, da progressiva consciência deste Governo da necessidade de promover na Administração Pública um crescente rigor nos processos de afectação de recursos. O sucesso deste processo de afectação de recursos depende de uma correcta percepção dos níveis de eficácia e eficiência dos próprios serviços, só possível com sistemas de avaliação funcionais. Este empenho animou desde a primeira hora a conceptualização do PRACE e a respectiva implementação. E não vos surpreenderei se o reiterar aqui hoje, que este Ministério não ficará fora desse exercício de significado estratégico para a nossa Administração Pública, para o nosso país. Muito pelo contrário, como todos sabemos, também nesta área as atenções estarão muito canalizadas para todos nós, para o Ministério das Finanças e da Administração Pública. O que fizermos ou não fizermos, mais uma vez, será escolhido como exemplo ou como pretexto. Como motivação para fazer mais e melhor ou apenas para se justificar que não vale a pena o esforço de promover a mudança. No Ministério das Finanças, para além da racionalização de estruturas orgânicas de que a criação do GPEARI é um bom exemplo, destaco a eliminação de 164 cargos dirigentes, que corresponde a uma redução de 25,6% no universo dos serviços do Ministério.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A execução do PRACE está a avançar, aproximando-se em largos passos do seu fim. Na passada semana foram publicados os diplomas que aprovam as novas orgânicas de serviços de 4 Ministérios, de entre os quais os do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

O PRACE é uma das alavancas do processo de modernização da Administração Pública que este Governo está a empreender, pretendendo-se que a nova arquitectura da Administração permita maior produtividade, flexibilidade e excelência na prestação dos serviços aos cidadãos.

A modernização da Administração Pública terá nos seus funcionários os actores principais de todo o processo, sendo que o elemento-chave será a promoção da excelência no emprego público: a prossecução do interesse público conduzida pela Administração Pública precisa de acompanhar a mudança que a nossa sociedade está a atravessar, adoptando as melhores práticas reveladas internacionalmente, mas sem abdicar dos princípios fundamentais que a caracterizam.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

A este propósito, aproveito a oportunidade para realçar um aspecto que considero assumir uma relevância muito especial. Vivemos um período em que os sinais de mudança na nossa Administração Pública se multiplicam, quer no plano normativo, com a sucessão de centenas de diplomas, vertendo novas orgânicas ministeriais, quer no plano operacional, com o levantamento em curso, em todos os ministérios, dos postos de trabalho necessários para a prossecução das atribuições dos serviços, tendo em vista a plena utilização dos mecanismos da mobilidade geral e especial, agora ao dispor dos dirigentes e respectivas tutelas.

Há quem aposte num discurso de perturbação dos funcionários e serviços. Procurando instrumentalizar os legítimos anseios e dúvidas de quem se vê no centro de processos de mudança e transição. Há ainda quem debite uma mensagem derrotista e de desanimo, em que tudo está atrasado, irremediavelmente atrasado ou mal feito. Desvaloriza-se o muito que já foi feito em dois anos de governação, agigantam-se as dificuldades do que ainda está diante de nós.

Não contem comigo e com este Ministério para alimentarmos o coro de “Velhos do Restelo” que, periodicamente, aparecem a criticar por criticar, a escolher a incerteza em vez da serenidade e do voto de confiança nos funcionários e na Administração. O que me parece ser, por contraponto, a atitude correcta, a atitude responsável de quem sabe que a mudança, o PRACE, por exemplo, foi concebida e está a ser executada por funcionários públicos e a eles se dirige.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Não sinto desânimos, nem bloqueios insuperáveis, que se traduzam em atrasos ou hesitações, que comprometam o resultado, que, aliás, já está à vista com novos enquadramento legais, rotinas e objectivos revistos e a implementar no quotidiano de todos. Avançamos, conforme planeado e calendarizado. Com determinação e com sentido de responsabilidade, de quem sabe que estando a procurar melhorar a prestação do serviço público, mexe com vidas concretas de pessoas e das suas famílias. Com o quotidiano de milhares de funcionários que sempre deram e querem continuar a dar o seu melhor à Administração.

É por tudo isto que decidi, no primeiro dia útil da entrada em vigor da nova orgânica do Ministério, empossar um dos dirigentes de um dos serviços que, emblematicamente, são o rosto da modernidade e ambição que pretendemos colocar na reforma da administração.

Este processo de integração, que culmina no GPEARI, não se reflectirá numa mera soma de competências. Ao invés, criará condições para a multiplicação de saberes que caracterizavam, meritoriamente, a DGEP e a DGAERI. Saúdo, aliás, os colaboradores da DGEP e da DGAERI, aqui hoje, nas pessoas dos anteriores Directores-gerais Drs Manuel Ribeiro da Costa e Mário Lobo, aqui presentes, num agradecimento redobrado pelo elevado profissionalismo e dedicação que colocaram na condução das duas Direcções-Gerais e, em particular, nos últimos meses, na gestão da mudança e que culmina hoje com a posse de uma nova direcção de uma nova estrutura orgânica.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Estou certo que a nova Direcção do GPEARI terá capacidade de manter, desenvolver e motivar o capital humano de que dispõe, promovendo um ambiente profícuo de trabalho de equipa, de saber multidisciplinar e de reflexão e análises amadurecidos. As sinergias implícitas no modelo integrado de competências que adoptamos com a criação do GPEARI são o móbil e o objectivo desta nova fase e isso só será concretizado, dia a dia, com o empenho de todos, todos sem excepção

A terminar, retomo o mote que há pouco vos sinalizava. Ao GPEARI serão exigidos o mesmo rigor e capacidade de gestão dos recursos públicos que lhe são afectos, e que têm sido exigidos a todos os serviços da Administração Pública. Num quadro de crescentes expectativas criadas nos cidadãos quanto à quantidade e qualidade dos serviços públicos prestados, para a qual o desempenho do GPEARI deverá estar orientado, é decisiva a capacidade de obtenção de ganhos de eficiência e de soluções de valor acrescentado.

Neste contexto, resta-me, pois, reiterar os votos de muito sucesso ao Doutor Nuno Sousa Pereira e a toda a equipa do GPEARI. Estou certo que os desafios aqui lançados serão encarados pela equipa do GPEARI como uma oportunidade de valorização, e o empenho que irão colocar nas suas funções permitirá, estou certo, a obtenção dos resultados desejados.

Muito obrigado